

**Parecer nº 173/98**

Data: 1998.12.09

Processo nº 494-A

**Requerente:** Base Naval de Lisboa, Marinha, Ministério da Defesa Nacional.

**I - Os Factos**

Fernando Gonçalves Ribeiro, oficial instrutor em processo de averiguações, que corre termos na Base Naval de Lisboa visando determinar as causas e circunstâncias de um acidente do qual terá resultado a morte de um militar dessa unidade, Armando Felgueiras Costa, ocorrida no Hospital de Santa Maria em 30.10.98, solicitou a esse hospital o respectivo relatório de clínico e a informação do médico que observou o óbito daquele militar.

**II - O Direito**

Como é doutrina reiterada desta Comissão, o acesso de entidades públicas instrutoras de processos de averiguações ou disciplinares no âmbito de acidentes ocorridos com pessoas, agentes públicos ou não, em que se pretenda averiguar a responsabilidade do próprio em face de terceiros, ou de terceiros em actos em que os mesmos tenham estado envolvidos, situa-se no plano de regras jurídicas funcionais e orgânicas cuja aplicação ultrapassa, em princípio, a Lei nº 65/93, de 26 de Agosto - Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA).

Ponto é que o pretendido acesso se limite ao estritamente necessário para os fins funcionais correspondentes ao conteúdo dos poderes e fins investigatórios, lidos numa perspectiva de conhecimento pleno das circunstâncias quer objectivas quer subjectivas que possam influir na culpa ou repartição da culpa do agente ou do acidentado pelos acontecimentos em apreço.

O que fica dito deixa um reduzido espaço de intervenção da LADA, pois esta só é chamada à colação na medida em que eventualmente as entidades instrutoras pretendam exercer direitos de acesso à informação pessoal que excedam as suas funções, isto é, em situações em que se coloquem dúvidas sobre a extensão documental/material do pedido, lido na dimensão da colaboração inter-administrativa acima enquadrada, designadamente solicitando-se elementos documentais e informações nominativas que, por impertinentes, se considere que devem ser incomunicadas ou sombreadas. Não é o caso.

**Parecer:**

O Hospital de Santa Maria deve enviar ao instrutor Fernando Gonçalves Ribeiro, no prazo de 10 dias, o relatório clínico e a informação do médico que observou o óbito do falecido Armando Felgueiras Costa.

Aprovado na sessão da CADA de 9 de Dezembro de 1998.

*Castro Martins (Presidente) - José Magalhães - João Figueiredo - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Branca do Amaral - (Tem voto de conformidade do Senhor Dr. João Labescat, que não assina por já não estar presente)*